

**PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE SAÚDE;
DE TRABALHO; E DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E DE CIDADANIA.**

PROJETO DE LEI Nº 4.413, DE 2021.
(APENSO: PROJETO DE LEI Nº 4175 DE 2023)

Dispõe sobre a organização e
funcionamento dos Conselhos
Federal e Regionais de Enfermagem.

Autor: Deputado DANIEL ALMEIDA
Relator: Deputado BRUNO FARIAS

Apresentação: 14/02/2025 10:56:43.723 - PLEN
PRLP 1 => PL 4413/2021

PRLP n.1

I - RELATÓRIO

De autoria do Deputado Daniel Almeida, o Projeto de Lei nº 4.413, de 2021, trata sobre a organização e funcionamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Enfermagem.

Na justificativa o autor alega que a Lei em vigor, nº 5.905, de 1973, encontra-se obsoleta, em descompasso com o exercício da profissão de enfermagem atualmente. Além disso, abre o leque de deliberação nas eleições para a composição do Conselho Federal, permitindo que seja feita através do voto direto de todos os profissionais e não só pelos delegados regionais.

Outro ponto que observa o autor é o de ausência de paridade entre as categorias de nível superior e médio na composição do Conselho Federal e dos Regionais, argumentando que o projeto garantirá maior número de técnicos nas diretorias e conselhos, além de aumentar o tempo de mandato, vetando a recondução, e acrescentando requisitos para a elegibilidade dos cargos.

A proposição principal altera ainda algumas competências do Sistema COFEN/COREN's e traz outras formas de arrecadação e sanções aos profissionais.

Já o Projeto de Lei nº 4175, de 2023, de autoria da Deputada Professora Luciene Cavalcante prevê em seu texto o aumento do número de representantes no Conselho Federal, altera o tempo de mandato dos membros do COFEN e dos COREN's, admitindo a reeleição. Por fim, traz a questão da proporcionalidade da multa aplicada aos profissionais que deixarem de votar nas eleições.

Justifica a necessidade de apresentar o projeto para promover tais adequações a atual Lei nº 5.905, de 1973, e melhorar a estrutura dos órgãos de classe da Enfermagem e tornar justo o quantitativo de pagamento de multa no caso de ausência as votações.

Os Projetos citados tramitam sob o rito ordinário, sujeitos à apreciação Conclusiva pelas Comissões desta Casa. Foram distribuídos para exame de mérito nas Comissões de Saúde e de Trabalho; e na Comissão de Constituição Justiça e



Cidadania para aferição da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (art.54 do RICD).

Apresentado Parecer pelo Relator, Deputado Ruy Carneiro, na Comissão da Saúde, pela rejeição do PL 4413/2021, e pela aprovação do PL 4175/2023, apensado.

Em 24/04/2024 foi aprovado o Requerimento nº 3316/2023, do Deputado Luis Tibé, que solicitou urgência para o PL 4175/2023, alterando o regime de tramitação das proposições, estando à matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Os Conselhos profissionais desempenham um papel fundamental na sociedade, promovendo e regulamentando a prática de diversas profissões de forma ética e qualificada, garantindo o aperfeiçoamento dos profissionais e proteção do público que será atendido por estes.

Buscando sempre o desenvolvimento e promoção das profissões os conselhos devem desempenhar seu trabalho sempre de maneira ativa na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, bem como a participação em iniciativas de pesquisa e promoção de boas práticas.

A organização do Conselho Federal e dos Regionais de Enfermagem é estabelecida através Lei nº 5.905, de 1973, que trata da composição, normas eleitorais e competência destes órgãos.

Considero meritórios e oportunos os projetos ora examinados, tendo em vista que têm como objetivo primordial a atualizar da legislação já em vigor, em razão do decurso do tempo e pela modernização da profissão e de todo ordenamento jurídico; fazendo-se necessária a correção de algumas lacunas.

Quanto ao processo eleitoral para a composição do Conselho Federal de Enfermagem, hoje ele já é realizado de forma transparente, logo, não há necessidade de mudar a atual legislação.

A falta de representação da totalidade das unidades federativas na composição do Conselho Federal é o ponto crucial a ser modificado, devendo ser alterado para que possa se garantir a paridade para todos os estados do Brasil.

O Plenário do COFEN é composto por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, o que possibilita a participação direta de apenas nove Estados, tendo outros nove participação indireta, totalizando apenas dezoito Estados nas reuniões plenárias.

A representatividade de cada estado torna a participação igualitária entre as categorias profissionais do Sistema COFEN/CORENs, além de garantir que as demandas de todo país sejam levadas de forma efetiva ao Conselho Federal.



As proposições permitem a ampliação de 9 (nove) membros titulares para 27 (vinte e sete) membros titulares e igual número de suplentes, permitindo que os 26 (vinte e seis) Estados e o Distrito Federal tenham representação nacional no COFEN.

Os projetos ora analisados adequam o texto da legislação vigente ao que já ocorre com os demais Conselhos de Classe de todo país, sendo o tempo de mandato de 04 (quatro) anos, permitindo uma reeleição, além de trazer maior segurança jurídica às entidades para estabelecer políticas plurianuais de forma mais consistente.

Por fim, buscam ajustar a norma quanto à aplicação adequada e proporcional da multa em caso de ausência de voto nas eleições, tendo em vista que hoje o valor é correspondente a uma anuidade, sendo que o projeto apenas diminui a quantia estabelecendo a proporção de 3 % do valor da anuidade.

Portanto, somos a favor da aprovação do projeto de lei nº 4175/23 apenas, tendo em vista que ele traz as atualizações necessárias, não havendo justificativa para alterarmos toda a Legislação em vigor como pretende o Projeto de Lei nº 4413/21, sendo assim manteremos o parecer do Relator na Comissão de Saúde.

No que se refere à constitucionalidade, verificamos que a matéria é de competência legislativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Não há, portanto, qualquer impedimento à sua tramitação.

Quanto à juridicidade, a proposta está em plena conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, a técnica legislativa e a redação empregadas atendem ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, não tendo reparos a serem feitos.

III – CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto, pelas Comissões de Saúde e de Trabalho, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4413, de 2021 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4175, de 2023;

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 4413, de 2021 e Projeto de Lei nº 4175, de 2023.

Sala das sessões, em 13 de Fevereiro de 2025.


Deputado Bruno Farias
Relator

